

# PROLETÁRIOS E ESCRAVOS

IMIGRANTES PORTUGUESES E CATIVOS AFRICANOS  
NO RIO DE JANEIRO, 1850-1872

Luiz Felipe de Alencastro

À memória de Joaquim Novais Teixeira e de  
Alexandre de Oliveira,  
antifascistas portugueses

## I. A política brasileira de imigração

No século XVIII e nos primeiros decênios do século XIX, três móveis distintos determinam as iniciativas oficiais luso-brasileiras no âmbito da imigração livre. Em primeiro lugar, as autoridades procuram consolidar o povoamento de regiões militarmente vulneráveis, como o Sul do Brasil, onde famílias açorianas são introduzidas após o tratado de Madri (1750) e onde, no início do século XIX, colônias militares são estabelecidas. Da mesma forma, terras devolutas são por vezes distribuídas a colonos em regiões ameaçadas por tribos indígenas ou por quilombos. Em segundo lugar, a introdução de trabalhadores livres responde às necessidades de mão-de-obra do setor terciário. Centro do vice-reino português desde 1763, sede da corte portuguesa entre 1808 e 1821, capital do Império do Brasil a partir de 1822, o Rio de Janeiro é o palco de trabalhos contínuos de fortificação e de obras urbanas. Paralelamente, o avanço da fronteira agrícola — puxado pelas fazendas de café — e o desenvolvimento das comunicações com o interior acarretam a construção e a conservação de estradas, de pontes e de trilhas na interlândia do maior porto brasileiro. Para a realização dessas tarefas, as autoridades requisitam escravos e instrumentos de trabalho dos fazendeiros. Os "vagabundos" e índios "domesticados" que habitam aldeias nos arredores da cidade serão também incorporados, de bom grado ou à força, às obras públicas<sup>1</sup>. No entanto, essas medidas suscitam protestos e dificuldades de execução. Por isso desde 1835, a assembleia provincial do Rio de Janeiro põe em execução as novas prerrogativas legais que acabam de lhe ser outorgadas, pelo Ato Adicional, a fim de reunir recursos destinados a subvencionar a introdução de "engajados" por-

Por problemas técnicos, nem sempre foi possível fazer com que as notas aparecessem nas margens que lhes seriam adequadas. Quando isso ocorrer, favor, procurar na página imediatamente anterior ou posterior. Neste artigo, as tabelas e gráficos que aparecem ao final tiveram algumas vezes sua ordem invertida, por problemas de espaço.

### ABREVIÇÕES DAS NOTAS

A.H.U. — Arquivo Histórico do Ultramar, Lisboa  
A.M.N.E. — Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa  
A.N.T.T. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa  
A.N.F. — Arquivo Nacional de Paris  
A.N.R.J. — Arquivo Nacional do Rio de Janeiro  
J.C. — Jornal do Comércio, Rio de Janeiro  
A.M.A.E. — Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Paris

(1)Ofício nº 223, de 27.12.1798, Rio de Janeiro, do conde de Rezende a Rodrigo de Souza Coutinho; ofício nº 234, de 28.12.1798, Rio de Janeiro, idem; A.H.U., Documentos Avulsos, Rio de Janeiro, maço 42 (712).

tugueses, destinados as obras publicas<sup>2</sup>. Sem aprofundar aqui essa questão, nem sempre levada em conta, notemos que a extensão da base territorial da agricultura de exportação no início do século XIX, se traduz por uma demanda estrutural de mão-de-obra no setor terciário. Em terceiro lugar, a imigração será estimulada a partir do momento em que a Coroa portuguesa se compromete a reduzir paulatinamente o tráfico negreiro, nos termos do Tratado luso-britânico de 1810<sup>3</sup>.

Em resumo, tanto o setor agrícola quanto o setor urbano apresentam-se como partes interessadas na política de imigração. Mas as autoridades e a *intelligentsia* brasileiras serão também levadas a envolverem-se na discussão pelas implicações sociais e culturais da questão: os imigrantes deveriam reforçar o alicerce europeu de uma sociedade "africanizada" pelo escravismo.

Enquanto perdura o comércio atlântico de escravos, tanto a política agrária brasileira como seu corolário, a política de imigração, permanecem ilusórios. Na realidade, os fazendeiros continuam a comprometer o país com sua própria política agrária: a introdução maciça de africanos expande os latifúndios e reforça o sistema escravista. Esse quadro muda totalmente a partir de 1850, quando o tráfico negreiro é definitivamente suprimido. Simplificando os interesses em jogo no debate denso e passionai que agita então o Parlamento e a opinião pública, pode-se definir brevemente as diferentes correntes que se opõem no que diz respeito à política oficial de imigração<sup>4</sup>.

Interessados em manter a grande propriedade e a economia agrícola de exportação, os fazendeiros e os grandes comerciantes desejavam angariar proletários de qualquer região do mundo e de qualquer raça, desde que fossem canalizados para as fazendas a fim de substituir os escravos falecidos, fugidos ou vendidos. Preocupadas, em compensação, com o estado social da nação, a burocracia imperial, a *intelligentsia* e a população branca das grandes cidades tentavam fazer da imigração um instrumento de "civilização", isto é, de "embranquecimento" da nação. Esses pontos de vista opostos conduzem as duas correntes a encarar de maneira radicalmente distinta a ação do Estado e a política agrária e de imigração.

Se o objetivo da nova política fosse o de substituir os escravos pelos imigrantes nas fazendas ("imigração dirigida"), o Estado devia intervir em dois setores. De um lado, aquém dos fluxos migratórios, subvenções oficiais permitiriam o pagamento de vales de transporte a todos os candidatos à imigração: europeus, asiáticos e, eventualmente, africanos livres. Dessa forma, o Brasil captaria um número considerável de trabalhadores estrangeiros, e sobretudo aqueles cujos braços eram seu único ativo negociável. De outro lado, abaixo dos fluxos migratórios, o acesso às terras públicas seria regulamentado a fim de impedir que os imigrantes evitassem as fazendas para se instalar no campo por conta própria. Se se pretendia atrair colonos ("imigração espontânea") para reestruturar a propriedade, a produção e a sociedade rural, os créditos orçamentários destinados à co-

(2) *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro para o Ano 1839/1840*, Paulino José de Souza, Rio de Janeiro, s/d. Outras iniciativas do mesmo gênero ocorreram no Brasil à mesma época, ver Sérgio Buarque de Holanda, "Prefácio", em Thomas Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*, Belo Horizonte, 1980, pp. 15-46.

(3) L.F. de Alencastro, "La Traité Nègre et l'Unité Nationale Brésilienne", *Revue Française d'Histoire d'Outre Mer*, t. LXVI, 1979, pp. 395-419.

(4) Resumimos aqui os debates do Parlamento e da imprensa da década de 1850, referentes à imigração e à colonização. Salvo indicação contrária, as análises seguintes foram extraídas de nossa tese, a ser publicada pela editora Companhia das Letras, sob o título: "O trato dos viventes: tráfico de escravos e 'Pax Lusitana' no Atlântico Sul, séculos XVI-XIX".

lonização seriam então concedidos para a elaboração de um cadastro das terras públicas. Devidamente delimitadas, essas terras seriam postas à venda nos consulados brasileiros na Europa. Os colonos já possuindo um capital, aptos a se tornarem proprietários e a desenvolverem a agricultura camponesa moderna, comprariam essas terras. Mas os proletários e marginais estrangeiros seriam excluídos das correntes migratórias rumo aos portos brasileiros. Nessa ordem de idéias, o Estado deveria também modificar a legislação civil, que privilegiava os católicos, para facilitar o afluxo e a ascensão à cidadania de colonos protestantes. A questão do trabalho esbarra na questão nacional: por trás do debate sobre a imigração, delineia-se o debate sobre a nacionalidade.

De uma maneira geral, no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a problemática da imigração parece obedecer a certas constantes observáveis em outros países do continente. Quando os representantes dos fazendeiros e dos comerciantes de importação-exportação controlam o aparelho do Estado, a política oficial trata de canalizar para o país indivíduos pobres de todas as raças. Pouco importa então a cor ou a cultura do imigrante, desde que ele pegue na enxada junto e, mais tarde, no lugar dos escravos. Na segunda metade do século XIX, é a imigração chinesa que melhor responde a essas condições <sup>5</sup>. Mas, quando é a *intelligentsia* que está no comando da política, procura-se atrair colonos europeus, de preferência alemães <sup>6</sup>. A primeira corrente dá destaque às necessidades imperiosas da economia do país, a segunda, ao futuro social e cultural da nação.

Em Cuba, onde a imigração chinesa substitui imediatamente o tráfico negreiro, o liberal José Antonio Saco escreve: "Para os fazendeiros, o açúcar foi sempre mais importante do que a nação". Saco julgava indispensável para os cubanos "blanquear, blanquear, blanquear y después hacernos respectar"<sup>7</sup>. No Brasil, onde procura-se evitar a chegada da imigração chinesa <sup>8</sup>, um contemporâneo de Saco, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, explica em 1855: "Nós constituímos um povo, uma nacionalidade, cujo futuro dependerá das raças que lhe serão incorporadas, da natureza da civilização que o influenciará"<sup>9</sup>. Para os fazendeiros, o fim do tráfico negreiro podia acarretar apenas um "amarelecimento" dos trabalhadores das fazendas: em vez dos negros seriam os chineses que pegariam na enxada. Para a *intelligentsia*, ao contrário, era chegada a ocasião tanto esperada de "civilizar" o universo rural e, mais ainda, o conjunto da sociedade, reequilibrando o povoamento do território em favor da população branca. Nesse sentido, antes de responder à pergunta "Quem trabalhará em nosso país?", os responsáveis pela política oficial deveriam ter resolvido uma questão prévia: "Para quem se trabalhará em nosso país?". Se o imigrante viesse trabalhar para outra pessoa (para os fazendeiros), poderia ser de qualquer raça. Em compensação, se viesse para cultivar as terras por conta própria, era necessário que satisfizesse às características étnicas e culturais definidas pelos dirigentes do país que os acolhia.

(5) Num relatório datado de 1855, o diretor-geral das Terras Públicas, órgão responsável pela política de imigração, declarava que os chineses eram "inadequados" para o Brasil, "porque eles não viriam aumentar a soma de nossos conhecimentos agrícolas nem melhorar nossa moralidade e nossa civilização". Ponto de vista contestado por aqueles que, se identificando com os interesses dos fazendeiros, assinalavam o exemplo de Cuba, onde 10 mil chineses eram introduzidos anualmente, a partir de 1854, com o apoio da "Junta del Fomento" da ilha; ver José Xavier Pinheiro, *Importação de Trabalhadores Chins*, memória apresentada ao ministro da Agricultura, Rio de Janeiro, 1869, p. 20 ss.

(6) Constatando que a maioria dos imigrantes europeus era constituída de irlandeses ou alemães, um dos responsáveis pela política brasileira de imigração observava: "Os irlandeses, apesar do fato de serem católicos como nós, bebem e são turbulentos... não são os melhores colonos para o Brasil"; "Os alemães", ao contrário, "são sóbrios, econômicos, pacíficos e trabalhadores", ademais, são muito ligados às instituições monárquicas". Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, *Idéias sobre a Colonização*, Rio de Janeiro, 1855, pp. 100-103.

(7) Manuel Moreno Fraginals, "Nación o Plantación — El Dilema Político Cubano Visto a través de José Antonio Saco", *Estudios Históricos Americanos*, Homenaje a Silvio Zavala, México, 1953, pp. 241-272, p. 245 e p. 260.

Esses são os grandes traços do cenário cultural e político em que ocorre a imigração portuguesa para o Brasil.

## II. A imigração portuguesa

A descolonização de 1822 dá lugar a uma série de continuidades e de rupturas no interior da comunidade portuguesa imigrada no Brasil. Num primeiro momento, os dirigentes brasileiros suspendem temporariamente a entrada de cidadãos portugueses<sup>10</sup>. Tendo em vista as ambiguidades políticas que envolvem a Independência, os portugueses do Brasil reagirão diversamente à emancipação da colônia.

Alvo da desconfiança das novas autoridades, uma parte dos *funcionários coloniais*, especialmente os oficiais e os suboficiais, retorna a Portugal entre 1823 e 1824<sup>11</sup>. Entrementes, os que se tornaram *proprietários rurais* reagem de maneira diferente. Exercendo diretamente o poder sobre os cativos e sobre os homens livres que moram em suas terras, eles devem gozar plenamente dos direitos políticos que o Império reconhece aos senhores rurais, a fim de garantir sua própria inserção nas instituições nacionais recentemente estabelecidas. Tanto mais que essas instituições não colocam absolutamente em questão as prerrogativas sociais e políticas inerentes à grande propriedade. Muito pelo contrário, os novos dirigentes armam um aparelho de Estado em pontilhado, cujos vazios serão preenchidos pela autoridade dos senhores rurais: no Império do Brasil, o poder público pára nas porteiras das fazendas. Detentores de bens móveis, os *comerciantes* terão outra atitude, uma vez que o comércio por consignação, praticado pela maioria deles, os torna totalmente dependentes das casas de comércio do Porto e de Lisboa. Recrutando seus sucessores junto aos parentes portugueses mais próximos, esses comerciantes reproduzem-se dentro de um universo bem delimitado, cujo centro financeiro e comercial situa-se no Porto e cujas bases demográficas encontram-se na província do Minho. Essas características já tinham sido notadas no século XVIII. Fazendo o balanço de sua administração, o marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, caracterizou da seguinte forma o comércio do Rio de Janeiro, no último quartel do século XVIII: "A maior parte das pessoas que aqui se dá o nome de comerciantes, nada são que uns símplices comissários, isto é, não há casas que tenham companhias estabelecidas". Os portugueses que chegavam ao Rio eram na "maior parte estas gentes do Minho, de pouca ou nenhuma sinceridade, de muita viveza... logo que aqui (no Brasil) chegam não cuidam em nenhuma outra coisa que em se fazerem senhores do comércio que aqui há, não admitindo filho nenhum da terra a caixeiros, por onde possam algum dia serem negociantes"<sup>12</sup>. Essas constatações sobre o exclusivismo e o caráter oligopolístico da rede de comércio de varejo portuguesa permanecerão atuais durante o decorrer do sé-

(8) Segundo um relatório oficial, ocorrerão três operações de transferência de trabalhadores chineses: em 1854, 1855 e 1856. Menos de 2 mil chineses foram assim introduzidos no Brasil (ver José Pedro Xavier Pinheiro, *Importação...*). Todavia, outras transferências foram realizadas antes destas datas, posto que um despacho do inspetor-geral de polícia no Rio de Janeiro, datado de 1836, ordena a captura de sete chineses que fugiram de uma fazenda onde trabalhavam sob "contrato". Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, série de documentação histórica, código 329, vol. 7, folhas 80 e 81.

(9) L.P. de Lacerda Werneck, *Idéias...*, p. 76 ss.

(10) Decreto de 14.01.1823, revogado pelo decreto de 20.11.1823.

(11) Diversos documentos no A.H.U. Documentos Avulsos, Rio de Janeiro, maio 79 (53).

(12) "Relatório do Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil", Rio de Janeiro, 19.6.1779, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, t. IV, 1843.

culo XIX. Um levantamento oficial das casas de comércio no Brasil, relativo aos anos 1856-1857, demonstra que 43,5% dos estabelecimentos pertenciam a brasileiros, 35,3% a portugueses e 21,0% a outros estrangeiros. No setor alimentar, essa distribuição modifica-se em proveito dos portugueses: os brasileiros possuem 36,6% das lojas, os portugueses 43,2% e os demais estrangeiros 20,0%<sup>13</sup>.

Vários autores salientam que os portugueses aparecem como os principais alvos da hostilidade popular durante os períodos de crise econômica, em razão de sua presença maciça no comércio de varejo. Mas há outro motivo, mais importante, na lusofobia brasileira. A extensão da rede comercial portuguesa privava as classes médias brasileiras — já excluídas da importação-exportação pelos britânicos, americanos, franceses — do acesso a uma parcela dos raros empregos disponíveis em meio urbano. A exemplo de outras províncias, Santa Catarina estabelece em 1835 uma taxa de cem mil-réis ao ano sobre as casas comerciais que empregassem caixeiros estrangeiros<sup>14</sup>. Atendendo a uma reivindicação popular a Câmara Municipal de Niterói solicita, em 1864, a "nacionalização do comércio varejista". Ela ataca "os supostos colonos que vêm da Europa aos milhares, mas que colonizam unicamente o comércio varejista, durante 4, 5, 8 ou 10 anos, regressando ao país natal com (seu) pecúlio e nos deixando, em compensação, os vícios de um comércio de usura e de monopólios...". A Câmara acrescenta ainda: "Não é fácil para o nacional (brasileiro) competir com o estrangeiro que obtém facilmente de seus compatriotas mercadorias a varejo com pagamentos a longo prazo. De onde resulta que o nacional terá somente diante de si a via da função pública... e do trabalho penoso das terras"<sup>15</sup>.

Comentando em 1892 uma nova proposta de "nacionalização" do comércio varejista, o embaixador português no Brasil julga que isso só pode visar aos portugueses, "porque, podemos afirmar, que o comércio a varejo é nosso"<sup>16</sup>. Por essas razões, ao lado dos comerciantes propriamente ditos, deve-se pôr em relevo uma outra categoria de imigrantes: os *caixeiros*. Em geral adolescentes<sup>17</sup>, os caixeiros chegam de Portugal para trabalhar no armazém de um tio, primo ou padrinho estabelecido no Rio de Janeiro. Geralmente trabalham sem remuneração durante um ano para reembolsar as despesas de transporte<sup>18</sup>. Às vezes sobem à condição de representantes comerciais em outras cidades do interior ou então assumem a sucessão das casas de comércio no Rio. Contrariamente aos fazendeiros de origem lusitana, os comerciantes e caixeiros têm grande interesse em manter sua nacionalidade portuguesa. Pois se falecessem sem testamento no Brasil, o cônsul de Portugal estaria habilitado a acertar as formalidades de sua herança sem provocar a liquidação dos bens e mercadorias que não lhes pertenciam e que detinham por consignação. Dessa forma, os comerciantes do Porto e Lisboa podiam controlar todos os elos da corrente de intercâmbio mercantil e financeiro unindo o Brasil a Portugal<sup>19</sup>. Observe-se que este setor da comunidade portuguesa é vivificado por um fluxo re-

(13) Eulália Maria Lahmeyer Lôbo, *História do Rio de Janeiro*, 2 vol., Rio de Janeiro, 1978, vol. I, pp. 284-289.

(14) Lei de 13.04.1835, A.N.T.T., Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, caixa I.

(15) J.C. 13.5.1864.

(16) *Missão Diplomática do Conde de Paço d'Arcos no Brasil 1891-1895*, Lisboa, 1974, p. 127.

(17) Uma listagem feita em 1862 na Bahia mostrava que os 33 caixeiros chegados naquele ano na cidade tinham entre 10 e 25 anos. Marian Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Lisboa, 1981, p. 187.

(18) A.M.N.E., Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, caixa nº 5, ofício nº 16, Rio de Janeiro, em 12.3.1852.

(19) Trata-se de uma corrente de influências recíprocas. Existem muitos comerciantes do Porto que possuem interesses no Rio, mas em 1838 o Porto contava com 634 comerciantes portugueses, 163 "comerciantes e cidadãos brasileiros" e somente 117 comerciantes de outras nacionalidades. *Directório Civil, Político e Comercial da... Cidade do Porto e Villa Nova de Gaia*, Porto, 1838, pp. 103-107.

gular de imigrantes. Possuindo já um emprego quando desembarcam no Brasil, esses imigrantes em geral retiram-se para seu país natal após uma estadia mais ou menos longa nas cidades brasileiras<sup>20</sup>. Aqui, a continuidade da influência portuguesa segue um fio condutor que vai do século XVIII até a época atual: hoje ainda, muitos armazéns do Rio e de São Paulo pertencem a portugueses originários das províncias do Norte do Tejo.

Os *artesãos* e os *operários qualificados* formam uma outra categoria de imigrantes. Prejudicada pela concorrência estrangeira, a produção manufatureira portuguesa perde uma parte de seus mercados tradicionais na virada do século XVIII. Durante a primeira metade do século XIX, Porto exporta para o Rio cada vez menos manufaturas e cada vez mais operários manufatureiros. Na maioria dos casos esses operários e artesãos regressam a Portugal após três ou quatro anos de trabalho e de economias feitas no Brasil<sup>21</sup>.

Enfim, chegamos ao fluxo migratório que nos interessa mais particularmente. Trata-se da comunidade formada pelos *proletários* urbanos e rurais, originários das Ilhas e do continente português, chegados ao Brasil após o fim do tráfico negreiro.

### III. Do tráfico de escravos ao tráfico de engajados

Situemos para começar os limites de nossa abordagem estatística. Uma parte da imigração é clandestina. Em 1833, um documento lisboeta diz que portugueses, "julgando (ainda) o Brasil em situação colonial", desembarcam sem nenhuma formalidade nos portos brasileiros<sup>22</sup>. Por seu lado, navios brasileiros contratam em Portugal marinheiros portugueses que chegam ao Brasil e não voltam mais para a Europa<sup>23</sup>. Documentos falsos são fabricados dos dois lados do Atlântico, permitindo a chegada de portugueses que são imediatamente "abrasileirados"<sup>24</sup>. Como na época do tráfico negreiro, ocorrem desembarques clandestinos de imigrantes em praias desertas<sup>25</sup>. Evidentemente, não podemos calcular o número desses clandestinos. A única indicação de que dispomos é a estimativa feita pelo cônsul português no Rio de Janeiro em 1872: segundo esse diplomata, os clandestinos corresponderiam a 20% das entradas legais<sup>26</sup>. Por outro lado, sabemos que a proporção dos retornos em relação às chegadas foi de 20% entre 1849 e 1860 e de 31,4% entre 1870 e 1874 (consultar a *tabela 1*). Considerando as variações anuais da imigração e certos fatores imponderáveis, pode-se aceitar que globalmente o número de clandestinos compensa o número dos que retornam anualmente para Portugal<sup>27</sup>.

Circuitos de transporte de imigrantes portugueses para o Brasil parecem ter sido constituídos desde o início dos anos 30 e mesmo antes. A despeito da ausência de indicações nos serviços consulares, uma investigação policial realizada em Lisboa em 1837 demonstra que as autoridades

(20) A.M.N.E., *idem*, nota 18.

(21) A.M.N.E., Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, caixa nº 5, ofício nº 6, Rio de Janeiro, em 9.2.1854. Aparentemente, o número de portugueses legalmente naturalizados brasileiros é bem reduzido; segundo o consulado português, entre 1850 e 1861 somente 149 cidadãos portugueses fizeram esta escolha, ou seja, 0,16% dos que chegaram, durante o período; *ibid.*, caixa nº 8, ofício nº 22, Rio de Janeiro, em 13.1.1862.

(22) A.N.T.T., Consulado de Portugal na Bahia, caixa 1, Bahia, em 6.10.1833.

(23) *Ibid.* e A.N.T.T., "Legação e Consulado do Brasil", maço 47, pp. 35-36.

(24) M. Halpern Pereira, *op. cit.*, pp. 204-215, p. 213.

(25) D.A. Gomes Percheiro, *Portugal e Brasil — Emigração e Colonização*, Lisboa, 1878, p. 172 ss.

(26) M. Halpern Pereira, *op. cit.*, p. 21, nota 23.

(27) Para o período 1855-1865, as estatísticas da *tabela 1* excedem de 37,4% as cifras fornecidas por Rodrigo de Freitas em sua obra de 1867, frequentemente retomadas por outros autores portugueses contemporâneos (ver Joel Serrão, *Demografia Portuguesa*, Lisboa, 1973, p. 199; M. Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Econômico*, Lisboa, 1971, p. 399; V. Magalhães Godinho, "A Emigração Portuguesa — Séculos XV-XX", in *Revista de História Econômica e Social*, nº 1, 1978, pp. 5-32, p. 26. Dessa forma, é preciso rever para mais as cifras sobre a emigração portuguesa para o Brasil no século XIX.

des metropolitanas portuguesas estão muito pouco informadas sobre o assunto<sup>28</sup>. Mas o fenômeno já atraía a atenção de analistas portugueses mais lúcidos. Alexandre Herculano escreve em 1838 um artigo a propósito da "emigração para o Brasil", no qual conclui: "É preciso mostrar aos homens laboriosos... que é melhor dispor do necessário em sua própria pátria do que do supérfluo no exílio"<sup>29</sup>. Nesse mesmo ano, 2.421 portugueses entraram oficialmente no Rio de Janeiro<sup>30</sup>. Como a *tabela II* indica, 46,1% desses imigrantes são originários do Norte (Porto e Viana), 26,0% de Lisboa e 25,4% dos Açores. A evolução da posição das diferentes regiões na imigração dos anos seguintes, tal como aparece no *gráfico II*, merece alguns comentários. A imigração proveniente das colônias portuguesas (sobretudo de Angola) parece ligada à rearticulação de algumas redes de comércio após o final do tráfico negreiro. Por seu lado, a forte variação do número dos que partem de Lisboa deve ser imputada às migrações internas, visto que até o fim dos anos 60 os imigrantes são provenientes em sua maioria das províncias do Minho, Trás-os-Montes e, em parte, da Beira. Somente a partir desta data é que os habitantes do Alentejo começam, por sua vez, a emigrar<sup>31</sup>.

A imigração açoriana levanta outro tipo de problema. Após o término do tráfico negreiro legal em 1831, o comércio atlântico diminui sensivelmente. Entretanto, a tolerância, e em seguida a cumplicidade, das autoridades brasileiras permitirá a reativação dos circuitos do tráfico desde o fim dos anos 30. Entrementes foi fundada no Brasil a "Sociedade de Colonização", que transporta colonos portugueses para o Rio de Janeiro e a Bahia.<sup>32</sup> Redes organizadas de contratação e de transporte de imigrantes funcionam bastante cedo entre esses dois portos brasileiros e os Açores. Logo aparece que a maior parte dos "engajados" açorianos encontra-se em situação similar àquela dos *indentured servants* que desembarcavam na América do Norte e nas Antilhas durante o século precedente<sup>33</sup>. Em troca das despesas de transporte marítimo, faturadas pelo dobro da tarifa usual, os engajados — sob caução "de sua própria pessoa, de seus bens e de seus herdeiros" — não podiam desembarcar no Brasil sem a autorização do capitão e dos representantes do navio<sup>34</sup>. Esses últimos podiam estabelecer um contrato "com um ou vários patrões" que reembolsariam aos donos do navio as despesas com o transporte e sustento do engajado durante a travessia atlântica. O "passe" do engajado era assim vendido no Brasil. O tempo de serviço ao qual o engajado estaria submetido era fixado pelo patrão e pelos representantes do navio. Esse contrato era submetido à legislação brasileira<sup>35</sup>. Um relatório, realizado em 1843, informa que os contratos de engajamento correspondiam, quase sempre, a três anos de trabalho sem remuneração<sup>36</sup>. Conhecemos pelo menos um caso em que o engajado trabalhou durante cinco anos, vestido com um "uniforme... tendo um número nas costas", sem receber salário algum<sup>37</sup>. Fonte de conflitos entre os imigrantes e os fazendeiros, entre as autoridades brasileiras e o governo português, esses contratos de engajamento eram freqüentemente

(28) A.N.T.T., Ministério de Negócios Estrangeiros, caixa 86, maço 6, documento nº 77, ofício conf. do Administrador Geral de Lisboa, Lisboa, em 21.12.1837.

(29) Alexandre Herculano, "A Emigração para o Brasil", in Joel Serrão et alii, *Testemunho sobre a Emigração Portuguesa — Antologia*, Lisboa, 1976, pp. 92-99, p.98.

(30) Ver *tabela I*.

(31) Maria Ioannis Benis, "A Emigração de 1856 a 1875 Vista de Viana do Castelo", in *Revista de História Económica e Social*, nº 3, 1979, pp. 85-100, p.87.

(32) A.N.T.T., Consulado de Portugal na Bahia, caixa 1, ofício de 27.3.1836.

(33) Ver Frédéric Mauro, *la Vie Quotidienne au Brésil au Temps de Pedro Segundo, 1831-1889*, Paris, 1980, pp. 277-278. O termo "engajado", do francês "engage", utilizado para designar os imigrantes submetidos a um contrato de servidão, aparece desde 1835 nos documentos brasileiros.

(34) A.N.T.T., Consulado de Portugal na Bahia, caixa 1, cópia de um contrato de engajamento feito na ilha de São Miguel em 21.1.1836, ofício de 3.4.1836.

(35) Tratava-se da lei de 13.9.1830, editada por ocasião da fundação da "Sociedade Promotora da Colonização Estrangeira", no momento da cessação do tráfico legal; uma nova lei regulamentando a matéria será promulgada em 11.11.1837.

(36) *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa, pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, 1873, pp. 33-35.

(37) "Efeitos da Escravidão Branca", J.C. de 25.2.1862.

assinados com imigrantes analfabetos vindos dos Açores<sup>38</sup>. Apesar das restrições legais editadas por Lisboa, no início do século XX ainda chegam engajados portugueses no Brasil<sup>39</sup>.

Informações concordantes denunciam a participação de negreiros nesse tipo de negociações. "A navegação de Portugal procurou suprir com os emigrantes do Porto e dos Açores o vazio deixado pela extinção do tráfico negreiro", indica um relatório consular francês em 1852<sup>40</sup>. Por duas vezes encontramos o açoriano João Severino d'Avellar — conhecido traficante de escravos — transportando engajados açorianos para o Brasil<sup>41</sup>. Essa sobreposição entre o tráfico de escravos e o tráfico de engajados atrai a atenção do gabinete britânico sobre as atividades dos capitães e proprietários de navios açorianos<sup>42</sup>. Num outro plano, indícios confirmam a alternância, e mesmo a complementaridade, entre os dois tráficos. Em 1843, a firma Vergueiro e Cia., pertencente a Nicolau de Campos Vergueiro, o senador Vergueiro, figura de proa entre os fazendeiros e políticos nacionais, compra três navios americanos. Dois dentre eles serão utilizados no tráfico negreiro<sup>43</sup>, na mesma época em que essa firma inicia a introdução em São Paulo das primeiras levas de portugueses e de alemães<sup>44</sup>. Em 1855, Joaquim José de Souza Breves, provavelmente o maior fazendeiro de café da época<sup>45</sup> e notório traficante de escravos<sup>46</sup>, também importa trabalhadores livres da Ilha da Madeira<sup>47</sup>.

Esses fatos nos levam a crer que traficantes e fazendeiros ligados ao comércio atlântico de escravos utilizam a vasta frota negreira montada antes de 1850 para transportar engajados portugueses, sobretudo açorianos, para as fazendas brasileiras. De fato, a navegação entre as ilhas portuguesas e o Brasil, ao inverso da que se dava entre Portugal continental e o Brasil, baseia-se no transporte de imigrantes, tendo muito pouco frete de mercadorias<sup>48</sup>. É bem verdade que o *gráfico V* ilustra uma correlação positiva entre o movimento das entradas de imigrantes portugueses e a evolução do valor das exportações do Rio de Janeiro, tendendo a demonstrar que a conjuntura brasileira também "puxa" os imigrantes e desempenha um papel importante na evolução do fluxo migratório entre os dois países. Isso não exclui os fatores propriamente portugueses que "empurram" a emigração. Uma pesquisa consular realizada entre os açorianos desembarcados no Rio de Janeiro em 1853 indica as razões da partida: falta de trabalho, preço elevado da locação de terras, queda das exportações de cereais, destruição dos laranjais<sup>49</sup>. Nessa ordem de idéias, notemos ainda que a Câmara Municipal de Magdalena (Ilha do Pico, Açores) solicitará em 1859 uma derrogação à lei portuguesa de 20.7.1855, que fixava um máximo de dois passageiros por cada cinco toneladas de arqueação nos navios de transporte. Submetidos ao "flagelo da fome", segundo as palavras da Câmara açoriana, os moradores da região desejavam partir em maior número para o Brasil<sup>50</sup>.

Concluindo essas considerações, podemos afirmar que o movimento de imigração portuguesa para o Rio de Janeiro surge em consequência de

(38) A.N.T.T., Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, caixa 3, ofício de 4.1.1845.

(39) M. Halpern Pereira, *A Política Portuguesa...*, pp. 240-241.

(40) A.N.F., F 12 2699, "Rapport... sur le Commerce de Rio de Janeiro", M.P. Deville.

(41) Com seu irmão Antônio e um outro parente chamado Manuel, João Severino de Avellar foi fichado no Brasil como traficante de escravos (A.N.R.J., Ministério da Justiça, I J 6 480). Em 1838, ele já transportava açorianos para a Bahia (A.N.T.T., Consulado de Portugal na Bahia, caixa 1, Bahia 1.12.1838). Em 1853 o cônsul britânico em São Miguel (Açores) assinala que os irmãos Severino de Avellar fazem ao mesmo tempo o tráfico de negros e o tráfico de açorianos ("Slave Trade", *British Parliamentary Papers*, Irish University Press, Shannon, 1968, vol. 40, pp. 528-534). Em 1854, ele ainda transporta açorianos para o Rio (A.M.N.E., Rio de Janeiro, caixa 5, ofício 38 de 13.8.1854). No curso de uma introdução clandestina de africanos em Pernambuco, ele será preso em 1856 (J.C. de 4.4.1856). José Antônio Souza Basto também está envolvido nestes dois circuitos de tráfico em 1845 ("Georges William Gordon Papers", *New York Public Library*).

(42) "Slave Trade...", *ibid.*, p. 264 e 271.

(43) "Georges William Gordon Papers", N.Y.P.L.; José Vergueiro, filho e associado de Nicolau Vergueiro, é fichado como traficante de escravos ao menos duas vezes: em 1839 e 1840, A.N.R.J., Min. da Justiça, I J 6 480.

(44) D. Forjaz, *O Senador Vergueiro*, São Paulo, 1924.

(45) Em 1860, somente as fazendas de Breves produzem 1,5% das exportações de café brasileiras; ver A. E. Taunay, *História do Café no Brasil*, 15 vol., Rio de Janeiro, 1939-1943, vol. VIII, pp. 260-283.

três fatores de peso desigual. Em ordem crescente, influem o contexto sócio-econômico do Norte de Portugal e das ilhas atlânticas, a demanda de mão-de-obra no Brasil e, enfim e sobretudo, a reciclagem do grande comércio negreiro luso-brasileiro. A reciclagem de parte da frota negreira no transporte de açorianos, iniciada antes de 1850, explicaria o vaivém dos anos 50 (vide *quadro II*). A ascensão e o declínio da imigração açoriana no Rio de Janeiro corresponderiam, nessa hipótese, à amortização dos capitais e ao desgaste do equipamento naval empregado no comércio atlântico de escravos<sup>50a</sup>. Esta interpretação elucidaria também o declínio relativo dos portugueses entre o total de imigrantes chegados ao Rio de Janeiro: os lusitanos representam 79,7% da imigração global para o Rio entre 1851 e 1854, mas só 53,3% entre 1855 e 1865<sup>51</sup>.

#### IV. A cidade eclusa

Durante os três primeiros quartos do século XIX, os fazendeiros e empregadores urbanos se enfrentam no Rio de Janeiro pelo controle do mercado de trabalho. No plano nacional, a conjunção de interesses entre pequenos fazendeiros e os senhores de engenho, entre o Nordeste açucareiro e as zonas não cafeeiras do Centro-Sul, tinha mantido o mercado de trabalho desterritorializado após o fim do tráfico negreiro: era ainda fora do país que os fazendeiros de café recrutariam a maioria de seus trabalhadores; antes vinham africanos, agora chegavam proletários estrangeiros.

Todavia, em razão do desenvolvimento do trabalho assalariado e da mobilidade social urbana, a cidade do Rio de Janeiro alterava os movimentos migratórios que a atravessavam. Funcionando como um pólo de atração, a capital fixava em seu seio uma parte da mão-de-obra livre e escrava. Durante o tráfico negreiro, essa atração exercia-se geralmente *a posteriori*: os altos salários urbanos conduziam os especuladores a adquirir no campo escravos "ladinos" (nascidos no Brasil e falando português) semi-especializados, para alugá-los, em seguida, na cidade. Simultaneamente, os negreiros escoavam a maior parte dos escravos "boçais" (nascidos na África) para o campo, onde eles eram objeto de um enquadramento e de um enclausuramento bem mais forte do aquele a que eram submetidos na cidade. As diferenças entre a organização do trabalho rural e urbano criavam assim funções complementares entre esses diferentes fluxos de mão-de-obra cativa. Complementaridade que explica que a capital tenha podido guardar uma percentagem de escravos bastante elevada durante a primeira metade do século XIX (ver *tabela III*). Com o tráfico de imigrantes, após 1850, estas migrações invertem-se. Prejudicando os fazendeiros, a filtragem da mão-de-obra estrangeira se realizará tanto aquém quanto além das porteiras das fazendas. À medida que se difundem informações sobre

(46) Ibid.

(47) A.M.N.E., Rio de Janeiro, caixa 5, ofício nº 64, de 19.11.1855.

(48) Ibid., ofício nº 16, de 12.3.1852.

(49) Ibid., ofício nº 30 de 12.6.1853.

(50) Ibid., caixa 8, ofício nº 5, doc. 14, de 28.5.1859.

(50a) "Rapport Commercial de Rio de Janeiro", 1861 e 1862, A.M.A.E., correspondência comercial, Rio de Janeiro, vol. 14.

(51) 1851-1854: A.N.F., F12 27000; 1855-1865: Augusto de Carvalho, *Brasil, Emigração e Colonização*, Porto, 1875. As estatísticas dessas duas fontes coincidem com as da *tabela I*.

as condições de trabalho na zona rural, a cidade torna-se o objetivo prioritário dos imigrantes, seja antes ou depois de sua chegada nas fazendas. O Rio de Janeiro torna-se, dessa forma, uma eclusa, regulando os movimentos de mão-de-obra para a vizinha zona rural. Nos anos imediatamente posteriores à supressão definitiva do tráfico, a chegada de proletários estrangeiros e a consequente queda dos salários induz os proprietários de escravos urbanos — especialmente daqueles que não têm qualificações ou "ofícios" — a vender esses cativos aos proprietários rurais <sup>52</sup>. Eis por que se observa uma queda de dez pontos na porcentagem de escravos entre 1849 e 1856 (ver *tabela III*), a despeito do fato de o Rio de Janeiro continuar a importar escravos de outras regiões brasileiras (ver *tabela IV*),

Nesse estágio, a complementaridade da divisão do trabalho entre a cidade e o campo ainda funciona. Mas com a diferença de que agora os fazendeiros de café recebem cativos "ladinos" — vindos de zonas agrícolas menos dinâmicas ou da cidade — em lugar dos "boçais" anteriormente deportados da África. Essa mutação introduz modificações consideráveis, pois os custos de enquadramento e de controle dos escravos nas fazendas elevam-se, acelerando assim a crise do sistema escravista brasileiro. De uma maneira geral, a disponibilidade relativa das terras e, mais regionalmente, a atração exercida pelo Rio de Janeiro obrigam os fazendeiros a empregar meios extra-econômicos para reter os trabalhadores imigrados em suas fazendas. Sob esse ponto de vista, compreende-se melhor que o estatuto de engajado tenha se difundido sobretudo no meio rural.

Parece claro que a situação de engajado respondia às necessidades do trabalho compulsório nas fazendas: o isolamento do imigrante em face do poder quase absoluto dos fazendeiros garantia a boa execução do contrato.

"Uma das coisas que se deve evitar são os contratos firmados em Portugal para (o trabalho) no interior do Brasil, porque lá os colonos não têm nenhuma garantia possível... os engenhos localizando-se a grande distância, a ação governamental não os atinge", escrevia em 1857 o cônsul português em Recife <sup>53</sup>. Na cidade, e especialmente no Rio de Janeiro, a situação dos engajados evolui bastante. A presença de autoridades consulares, de compatriotas abastados, da imprensa, bem como a existência de outros empregadores potenciais, torna mais difícil a manutenção de contratos de longa duração ou a prática de fraudes em detrimento do engajado.

Na verdade, o funcionamento desse sistema de trabalho supunha a organização de um verdadeiro "mercado de engajados" — análogo ao mercado de escravos e distinto do mercado de trabalho livre —, onde os capitães de navios pudessem recuperar rapidamente os capitais previamente investidos no transporte e sustento dos engajados. Um mercado desse tipo chegou a surgir no Rio de Janeiro durante certos períodos <sup>54</sup>. Mas a pressão das autoridades consulares e, sobretudo, a concorrência dos imigrantes livres entravavam o comércio regular do "passe" dos engajados. Consequentemente, os capitães e negociantes implicados neste tráfico tinham

(52) A propósito da escravidão urbana nos Estados Unidos, ver R.C. Wade, *Slavery in the Cities*, New York, 1964. O autor acha que a escravidão era incompatível com o meio urbano: o controle dos cativos torna-se mais complexo, seu preço baixa e seus proprietários preferem vendê-los aos fazendeiros. Claudia Dale Goldin, num artigo intitulado "A Model to Explain the Relative Decline of Urban Slavery: Empirical Results" (em S.L. Engerman e E.D. Genovese, *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies*, New Jersey, 1975, pp. 427-450), conclui diferentemente. Segundo esta autora, a escravidão nas cidades declinou não por causa do meio urbano, mas porque a demanda de escravos nas zonas rurais era mais intensa. Nosso estudo sobre o Rio confirma a análise de Goldin.

(53) D.A. Gomes Percheiro, *op. cit.*, pp. 170-171.

(54) Charles Expilly descreve um destes mercados em 1862. Vide F. Mauro, *op. cit.*, p. 278 ss.

prejuízos quando não conseguiam vender logo o passe de seus engajados<sup>55</sup>. Esse conjunto de circunstâncias explica por que o tráfico de engajados concentrou-se gradualmente nas zonas rurais.

## V. Proletários versus escravos

*"E nessas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes — vi somente escravos! (...) Por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império — consulta de novo a sua derrota e observa atentamente os astros — por que julga que um vento inimigo o levou às Costas d'Africa. E conhece por fim que está no Brasil."*

Gonçalves Dias, "Meditação", 1846<sup>56</sup>

### 1. Rio de Janeiro, cidade africana

Desembarcando no Rio de Janeiro, o imigrante encontrava-se diante da maior concentração urbana de escravos do Novo Mundo (ver *tabela V*). Como é sugerido no poema em prosa de Gonçalves Dias, a Corte era, sob certos aspectos, uma cidade africana<sup>57</sup>. Como já vimos, existia no Rio de Janeiro uma demanda multiforme de trabalho. O município contava também com um certo número de freguesias rurais, onde floresciam sítios, fazendas e engenhos. No decurso da segunda metade do século XIX, o número de pequenas propriedades pertencentes a pessoas da cidade aumentava na zona rural e a periferia da cidade também passa a ser catalisada pelas inflexões do mercado de trabalho urbano<sup>58</sup>. É nesse contexto que, em 1864, quando a Guerra de Secessão impulsiona a produção algodoeira brasileira, um fazendeiro de Irajá, freguesia rural do Rio, não hesita em publicar um anúncio na imprensa: "Queremos alugar até 200 escravos de mais de 10 anos para emprego na cultura de algodão, perto da Corte (Rio) e num (lugar) muito salubre... asseguramos aos escravos o melhor tratamento e a seus senhores as melhores garantias"<sup>59</sup>. Eis aqui uma fazenda de escravos que não é uma fazenda escravista: o produtor não é proprietário de escravos, os cativos por ele alugados serão empregados e dirigidos como assalariados. No outro extremo do tabuleiro social e econômico, encontramos nesse mesmo ano de 1864 um proprietário de escravos do Rio de Janeiro que possui mais de "trezentos cativos" exclusivamente destinados à locação. Trata-se provavelmente do mais importante gestor de renda escravista do Brasil<sup>60</sup>. Esse empresário utiliza os escravos como um ativo qualquer: é um grande proprietário de escravos que não é um produtor escravista. De uma dimensão inédita nos anais da escravatura, esses

(55) Foi precisamente o caso, em 1856, A.M.N.E., caixa 6, ofício nº 13, de 16.3.1857.

(56) Gonçalves Dias, *Poesia Completa e Prosa Escolhida*, Rio de Janeiro, 1959, pp. 741-774.

(57) Vide Mary Karash, "From Portage to Proprietorship: African Occupations in Rio de Janeiro 1808-1850", em S.L. Engerman e E. D. Genovese, *op. cit.*, pp. 369-393, pp. 375-376.

(58) Em 1821, as freguesias urbanas reúnem 64,6% da população do município, em 1849, 77,2%, em 1870, 82,8%, em 1872, 85,7%.

(59) J.C. de 1.8.1864, p. 3.

(60) J.C. de 15.4.1864: analisaremos os problemas inerentes à escravidão urbana numa outra ocasião

dois exemplos complementares ilustram o dinamismo do mercado de escravos de ganho e de aluguel do Rio de Janeiro.

Uma das atividades mais frequentes dos escravos de ganho era o transporte de cargas dentro da cidade<sup>61</sup>. Porém, desde 1849, observa-se que "uma grande parte de indivíduos das ilhas (Açores e Madeira) empenha-se exclusivamente em recolher água nas fontes públicas da cidade, com carroças e tonéis puxados por animais... abastecendo assim quase toda a população que antes empregava muitos escravos para esse fim"<sup>62</sup>. Imediatamente, esta concorrência dos imigrantes — cuja produtividade no trabalho aumenta pela utilização de meios de transporte menos rústicos — suscita protestos entre os escravos de ganho e seus proprietários-rendeiros<sup>63</sup>. De fato, a chegada de proletários estrangeiros iria estimular a progressiva desativação do emprego de cativos nas atividades urbanas: entre 1849 e 1872, a população escrava diminui da metade enquanto a população livre aumenta da metade (ver *tabela V*). Essa reviravolta racial e social é particularmente nítida no seio da população masculina: nesse mesmo período 62,0% dos escravos homens desaparecem — por falecimento, alforria ou venda para o exterior do município —, enquanto a população masculina portuguesa aumenta de 113,3%.

No caso das mulheres, a concorrência entre cativas e imigradas parece ter sido mais limitada: o número de cativas cai 46,5%, enquanto o número de portuguesas aumenta 92,3% (*gráfico II*). Segundo o cônsul português, as lusitanas — geralmente originárias dos Açores — recusavam-se a aceitar o isolamento e a submissão característicos dos empregos domésticos exercidos pelas cativas<sup>64</sup>. É bem possível que a observação do cônsul seja correta. Tanto mais que as imigradas, em razão do excedente masculino da comunidade portuguesa, dispõem de maiores oportunidades do que as mulheres escravas para obter a "libertação" por meio do casamento (processo de hipergamia). Efetivamente, a proporção de casadas entre as brasileiras livres de todas as idades em 1872 era de 18,0%, enquanto entre as portuguesas essa proporção atingia 49,4%<sup>65</sup>. Decerto deve ser tomado em conta o fato que entre as brasileiras incluem-se mulheres muito jovens ou muito idosas para o casamento, enquanto que as portuguesas concentram-se nas faixas etárias de maior nupcialidade. Mesmo assim a nupcialidade das portuguesas devia ser relativamente alta, visto que três portugueses entre quatro que chegam ao Rio pertencem ao sexo masculino<sup>66</sup>. Em consequência, a razão de sexos já está próxima do equilíbrio entre os brasileiros e os escravos da cidade em 1872, enquanto que a proporção de homens entre os portugueses é bastante forte, superior mesmo à proporção observada em 1849 entre os escravos (ver *gráfico II*).

Resumamos, calculando algumas médias. Durante o período estudado; a população da Corte muda pouco, posto que o Rio de Janeiro ganha somente 370 habitantes por ano. A essa aparente estagnação demográfica contrapõe-se uma intensa mobilidade migratória. Por mortes, alforrias ou venda para outras regiões, a população cativa diminui em média

(61) Mary Karash, *op. cit.*

(62) A.N.T.T., RJ., caixa 4, ofício de 31.1.1849.

(63) Mary Karash, *op. cit.*, pp. 377-378.

(64) A.N.T.T., RJ., caixa 3, ofício de 4.1.1845.

(65) Ver recenseamento de 1872, *tabela III*. Comparamos as mulheres brasileiras livres às mulheres portuguesas. O casamento das cativas não pode ser comparado, na medida em que depende do arbítrio dos senhores.

(66) M.H. Pereira, *A Política Portuguesa...*, *tabela A*, p. 170. Estas cifras correspondem ao período 1861-1872.

2.681 escravos por ano. Paralelamente, a cidade incorpora uma média de 1.269 portugueses e 1.880 brasileiros livres e alforriados por ano. Quais são os mecanismos que provocam esse movimento cruzado racial e social?

## 2. Os três cenários da capital no século XIX

Uma comparação rigorosa da evolução dos respectivos contingentes de brasileiros, de portugueses e de cativos suporia a determinação prévia de certas variáveis: taxas de nascimento e taxas de mortalidade de cada um desses grupos, bem como o número de alforriados, tendo em vista que a rubrica "livres" não distingue entre os que nasceram livres e os alforriados. No estado atual da pesquisa essas variáveis são ainda pouco confiáveis. Por isso, certos pontos devem ser levados em consideração quando são comparadas as cifras da *tabela V*.

Para o contingente *brasileiro*, trata-se, sem dúvida, do crescimento demográfico bruto (soma do crescimento natural e do saldo migratório) acrescido do montante de libertos vivos em 1872. Os *portugueses* conheciam uma taxa de mortalidade mais elevada que as outras comunidades, ainda que provavelmente o número global de lusitanos seja subestimado. De fato, pela legislação portuguesa a nacionalidade do pai era transmitida ao filho até sua maioridade, mas as autoridades brasileiras consideravam como brasileiros os portugueses menores nascidos no Brasil, que aqui exerciam uma atividade econômica<sup>67</sup>. Assim, o crescimento natural da população portuguesa não está inteiramente coberto pela cifra apontada em 1872. Além do mais, mesmo se as naturalizações legais parecem ter sido limitadas (ver nota 21), o fato é que a maior parte dos portugueses fugidos do serviço militar em seu país, assim como parte dos engajados e dos clandestinos, conseguiam adquirir falsos documentos brasileiros<sup>68</sup>. No que se refere aos *escravos*, o estatuto de cativo aplica-se aos filhos das mulheres escravas, seguindo o princípio do direito romano "partus sequitur ventrem". Por conseguinte o acréscimo natural deste contingente era negativo, considerando que o número de cativas é bem inferior ao de cativos (ver *gráfico II*). Por outro lado, numerosos cativos são alforriados durante esse período. Sem aprofundar aqui a questão, constatemos que essas manumissões são o resultado da "inapetência escravista" de um certo número de senhores. Alguns escravos — às vezes inaptos para o trabalho em razão de enfermidades ou velhice — são libertados gratuitamente. Outros, são libertados pela compra. Neste último caso, a maior parte dos libertos paga o preço que o senhor fixa para sua liberdade<sup>69</sup>.

Esse movimento de desinvestimento dos proprietários de escravos urbanos foi ativado pela queda da renda dos locadores de escravos — consecutiva à baixa dos salários urbanos após a chegada dos imigrantes — mas também em razão de certas medidas oficiais restritivas ao emprego de es-

(67) Nota do Ministério Brasileiro das Relações Exteriores de 17.4.1865. Ver *Tratados e Actos Internacionais Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, pp. 287-288.

(68) *Missão Diplomática do Conde de Paço d'Arcos...*, p.11.

(69) Ver a síntese de Manuela Cameiro da Cunha, "Sobre os Silêncios da Lei. Lei Costumeira e Positiva nas Alforrias de Escravos no Brasil no século XIX". *Cadernos IFCH Unicamp*, Campinas, SP, abril 1983.

cravos nas obras públicas<sup>70</sup>. Na verdade, se existia um terreno no qual os "civilizadores" e os fazendeiros manifestavam um total acordo no curto prazo, era quanto à oportunidade e à necessidade de os escravos serem progressivamente canalizados para a agricultura e afastados das cidades.

Como o *gráfico I* indica, os dois ciclos de crescimento da imigração portuguesa (1850-1859 e 1869-1875) fazem baixar o salário real dos operários não qualificados, enquanto o ciclo de baixa (1860-1865) faz subir esses salários. Globalmente, a chegada dos imigrantes portugueses provocou o declínio da população cativa do município. Isso ocorreu de duas maneiras. Quando o proprietário-rendeiro possuía um escravo não qualificado empregado na cidade, a concorrência dos proletários portugueses e a consequente queda dos salários o levava a vender seu escravo aos fazendeiros. Estes continuavam a adquirir escravos porque tinham dificuldades para atrair e fixar os imigrantes em suas fazendas. Se o escravo era qualificado, sua venda para a zona rural era menos rentável: o preço teórico do escravo (o que era fixado pelo proprietário) parecia então mais elevado na cidade do que no campo. Por isso, o proprietário tinha todo o interesse em facilitar a venda de seu bem ao único comprador disposto a pagar esse preço teórico: o próprio escravo. Num primeiro momento, a evolução do mercado de trabalho pôde conduzir à venda de escravos urbanos não qualificados aos fazendeiros. Posteriormente, as alforrias adquiridas pelos próprios escravos tornaram-se mais importantes<sup>71</sup>.

Como já notamos, a relação de causalidade entre a baixa dos salários e a venda de escravos aos fazendeiros aparece quando se constata uma queda de dez pontos percentuais no contingente de cativos entre 1849 e 1856 (ver *tabela III*), malgrado o fato de que escravos de outras regiões continuavam a chegar no Rio (*gráfico IV*). Essa queda se produz precisamente no momento em que os desembarques de portugueses duplicam (*tabela I*). Além disso percebe-se que há uma redução da participação dos escravos nas atividades assalariadas. Entre os trabalhadores de 1.013 estabelecimentos artesanais e industriais recenseados no Rio de Janeiro em 1852, contava-se 64,5% de escravos e 35,5% de trabalhadores livres, brasileiros ou estrangeiros<sup>72</sup>. Em 1872, o recenseamento estabelece — entre os artesãos e os trabalhadores — 10,2% de cativos, 40,6% de trabalhadores livres estrangeiros e 49,0% de trabalhadores livres brasileiros<sup>73</sup>. Na categoria de diaristas, encontram-se 22,5% de escravos, 54,6% de trabalhadores livres estrangeiros e 22,8% de brasileiros livres. Essas cifras devem ser cruzadas com a constatação de que de cada quatro estrangeiros três são portugueses em 1872 (*tabela V*). A maioria da população escrava do município acha-se então empregada em tarefas não assalariadas: domésticas (41,5%) e agrícolas (11,6%).

Dessa forma, vê-se que a inserção de trabalhadores portugueses reduz a dimensão da escravidão urbana mas também transforma a sua natureza. Afeita ao âmbito da economia familiar urbana e rural, a maioria dos

(70) Dois exemplos dessas restrições: o "Aviso" de 9.5.1862 determina a proibição do emprego de escravos nas obras da estrada de ferro Dom Pedro II; a circular de 10.1.1866 ordena a demissão de todos os escravos empregados nas obras públicas executadas na província do Rio de Janeiro com os créditos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Leis do Império do Brasil*, 1862, vol. II, e 1866, segunda parte.

(71) Em 1866 e 1867, várias centenas de escravos pertencentes ao Estado foram alforriados para serem incorporados junto às tropas em guerra contra o Paraguai.

(72) A.M.A.E. Correspondência Comercial, RJ., vol. 10, 1852.

(73) Trata-se de um total de 39.111 artesãos e operários. Somente as porcentagens devem ser levadas em conta, visto que o número de trabalhadores obtido em 1849 é o resultado de uma investigação menos completa do que a do recenseamento de 1872.

cativos vê seu estatuto evoluir para uma situação mais próxima da servidão doméstica do que da escravidão.

Após 1875, no fim do segundo ciclo de crescimento da imigração, as duas curvas do *gráfico I* declinam ao mesmo tempo, enquanto o valor das exportações eleva-se (*gráfico V*). Esses sinais aparentemente contraditórios indicam que um outro contingente de trabalhadores — os brasileiros livres e libertos — toma o lugar dos portugueses. Em suma, o mercado de trabalho do Rio de Janeiro conhece três fases bem distintas no decurso do século XIX: uma primeira fase, africana, estende-se até 1850; uma fase luso-africana, que vai até 1870 e, por fim, uma fase luso-brasileira.

## VI. Trabalhar nos trópicos

### 1. A escravidão branca

Dadas as duras condições de transporte e de emprego dos proletários portugueses, esses trabalhadores mergulhavam, quase que inevitavelmente, no universo dominado pelas práticas escravistas. Antes que o clamor dos engajados se elevasse do fundo dos navios e dos confins das fazendas, certas autoridades portuguesas comovem-se com a desclassificação social dos imigrantes.

Em meados de 1830, o cônsul português na Bahia denuncia a venda de engajados portugueses nos portos brasileiros: "Existe nesse tipo de transações uma certa analogia com a escravidão", assim, "utiliza-se a propósito dos navios de colonos a mesma linguagem que se aplicaria se navios de escravos tivessem chegado das costas da África"<sup>74</sup>. Geralmente laçados por cativos no labor dos campos, os engajados coabitam com escravos nas senzalas e são por vezes controlados por escravos-feitores<sup>75</sup>. Na cidade, e especialmente nas fábricas de charuto, onde imigrantes menores de idade são correntemente empregados, as condições de trabalho são duras<sup>76</sup>. A construção de estradas e de vias férreas dá margem a inúmeros incidentes entre contramestres estrangeiros e brasileiros e engajados portugueses<sup>77</sup>. Na imprensa brasileira e portuguesa surgem protestos contra "a escravidão branca"<sup>78</sup>. Observa-se a semelhança entre os anúncios de "escravos em fuga" e "colonos em fuga". Anúncios que aparecem regularmente em jornais do Rio<sup>79</sup>. Denuncia-se a introdução clandestina de crianças<sup>80</sup>, a exploração do trabalho infantil<sup>81</sup> a prostituição de mulheres imigrantes<sup>82</sup>. Em 1866, a "Caixa de Socorros Dom Pedro V", instituição filantrópica portuguesa fundada no Rio em 1864, faz o balanço de seus primeiros meses de atividades. Foi prestada ajuda a um total de 2.420 pessoas: 1.510 (entre as quais 1.073 homens) portugueses e 916 (115 mulheres e 801 menores) brasileiros. A associação tinha concedido 1.402 ajudas em

(74) A.N.T.T., Bahia, caixa I, BA, em 27.3.1836.

(75) "Colonização Portuguesa", J.C. de 25.10.1861.

(76) J.C. de 20.7.1868. Duas mil crianças e adolescentes açorianos trabalham nessas fábricas no fim da década de 1850. Ver S. Ferreira Soares, *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil*, Rio de Janeiro (1860); 2ª ed., Rio de Janeiro, 1977, p. 73.

(77) J.C. de 25.10.1861. No mínimo três portugueses morreram durante uma dessas rixas. J.C. de 19.1.1863.

(78) Editorial do J.C. de 28.11.1856 denuncia "o tráfico dos portugueses".

(79) "Remédio para a Colonização", assinado "A pátria de Camões". J.C. de 9.11.1855, p. 2.

(80) J.C. de 4.9.1862. As críticas visam à Associação Central de Colonização, responsável pela introdução de 26 colonos, entre os quais apenas um tinha mais de 13 anos.

(81) J.C. de 30.3.1866.

(82) A.M.N.E., Rio de Janeiro, caixa 6, Rio de Janeiro em 4.4.1859.

dinheiro, 520 passagens para Portugal e os Açores, 33 passagens para portos brasileiros. Os portugueses socorridos eram originários das seguintes províncias: Açores (562), Minho (351), Douro (247), Trás-os-Montes (81), Extremadura (75), Madeira (38), Alentejo (11), Algarve (2) e Cabo Verde (1). Essa amostragem confirma a alta proporção de homens e a predominância dos açorianos e dos indivíduos originários das províncias do Norte entre os imigrantes. Os dirigentes da associação acrescentam ainda que dois terços das pessoas socorridas vieram com um contrato de engajamento e foram essas pessoas que se apresentaram no mais precário estado de saúde e numa extrema pobreza<sup>83</sup>.

## 2. Mortalidade e morbidez dos imigrados

Vivendo na miséria, mal aclimatados, os proletários portugueses são atingidos em cheio pelas epidemias que irrompem no Rio de Janeiro durante os anos 50.

Detectada na Bahia em dezembro de 1849, provavelmente trazida por um navio a vapor vindo de Nova Orleans, a febre amarela invade o Rio de Janeiro e torna-se endêmica no Brasil a partir de 1850<sup>84</sup>. Na maior parte dos casos, os infectados pelo vírus são os estrangeiros mal aclimatados. As vítimas portuguesas são inúmeras. Na enfermaria São Vicente de Paula, onde todos os 281 doentes de febre amarela são portugueses, 153 (54,4%) pessoas curam-se e 128 (45,5%) morrem. O mesmo ocorre na Sociedade de Beneficência Francesa, onde são internados 63 marujos franceses. Entre estes registram-se 32 mortes e 31 curas. Paralelamente, durante os seis primeiros meses de 1850 observa-se um nível de cura mais elevado no conjunto dos hospitais e clínicas particulares e públicos da cidade, nos quais o número de doentes estrangeiros é proporcionalmente mais baixo. Nesses locais, de um total de 16.061 indivíduos atingidos pela febre amarela, 14.243 (88,6%) se restabelecem e 1.818 (11,3%) morrem<sup>85</sup>.

A partir de 1854, a cólera também começa a encher os cemitérios da cidade. Segundo um relatório oficial, as vítimas dessa nova epidemia são os negros, os mestiços e os "brancos de condição inferior", entre os quais incluem-se os proletários estrangeiros<sup>86</sup>. Em suma, na dupla condição de estrangeiros e pobres, os portugueses são contaminados pela febre amarela porque não estão aclimatados aos trópicos, como também são vítimas da cólera, porque vivem precariamente, num ambiente insalubre, nos cortiços<sup>87</sup>. Como o *gráfico III* demonstra, a mortalidade dos portugueses parece proporcionalmente mais elevada do que a dos homens livres e escravos. Mas, contrariamente ao que tinha acontecido com a febre amarela, a epidemia de cólera provocará uma grande mortalidade entre os escravos, tornando mais aguda a inquietação dos fazendeiros a propósito da pe-

(83) J.C. de 30.3.1866.

(84) José Pereira Rêgo, *História e Descrição da Febre Amarela Epidêmica Que Grassou no Rio de Janeiro em 1850*, Rio de Janeiro, 1850.

(85) *Ibid.*, pp. 140-159.

(86) Arquivos do Quai d'Orsay (Ministério Francês das Relações Exteriores). Correspondência Comercial, Rio de Janeiro, vol. II, em 12.9.1855.

(87) Em 19.3.1856, o *Jornal do Comércio* denunciava: "Inúmeras reclamações surgem contra os 'cortiços' na cidade; o caixeiro que deixou seu patrão em razão de uma atitude arbitrária, o soldado desertor, o escravo fugido, todos encontram refúgio nestes 'cortiços' ". Entramos de cheio no universo do romance de Aluísio Azevedo, "O Cortiço".

núria de mão-de-obra cativa. Daí a fundação, em 1856, da Associação Central de Colonização, especializada no transporte e contrato de trabalhadores portugueses<sup>88</sup>.

## VII. Às reações portuguesas: o destino dos imigrantes e o destino da nação

A forte mortalidade dos portugueses no Rio de Janeiro, bem como a denúncia pública da exploração dos imigrantes, e mais particularmente dos engajados, suscitará uma série de reações do governo e das autoridades portuguesas.

Num primeiro momento, as autoridades consulares, o governo brasileiro e herdeiros residentes em Portugal se enfrentam mutuamente para obter a herança dos imigrantes falecidos no Brasil. O assunto era atentamente seguido em Portugal. Em 1855, é fundado no Porto um banco — o Banco do Porto — com o objetivo de administrar a herança dos cidadãos falecidos no Brasil<sup>89</sup>. Na realidade, desde 1849 o governo de Lisboa procura elaborar a lista dos cidadãos portugueses residentes no Brasil cuja fortuna excedesse um determinado montante<sup>90</sup>. Por outro lado, a partir de 1838 o cônsul no Rio de Janeiro informa regularmente as autoridades de Lisboa sobre a importância das transferências de fundos para Portugal<sup>91</sup>. Nos anos seguintes, suas informações tornam-se muito mais precisas. Num relatório confidencial datado de 1853, o cônsul J.B. Moreira redige um estudo detalhado sobre os fluxos de capital entre o Rio de Janeiro e Portugal. Segundo os dados de que dispõe, as exportações do Rio em direção a Portugal cobrem em 1852 somente 73,3% do valor das mercadorias portuguesas importadas por esse mesmo porto. Esse déficit comercial do Rio era coberto por letras de câmbio pagáveis em Londres, emitidas pelos brasileiros. "Todavia", acrescenta, "esse ramo de nosso comércio tem muito menos valor do que o grande volume de comércio interno empreendido pelos nossos compatriotas, os quais detêm três quartos do comércio varejista desta capital, onde se enriquecem... transferindo imediatamente seus capitais para Portugal". Segundo esse estudo, as transferências anuais de fundos — compreendendo as remessas regulares dos residentes (21,7% das transferências) e a poupança em ouro e em letras de câmbio daqueles que regressam todos os anos a Portugal (78,2% das transferências) — representavam uma soma equivalente a 80% do valor das exportações anuais de mercadorias portuguesas para o Rio de Janeiro<sup>92</sup>.

Por conseguinte, desde o início dos anos 50 o governo português e os observadores brasileiros<sup>93</sup> se dão conta da importância das remessas dos imigrantes para o equilíbrio do balanço de pagamentos português.

Outras considerações entrarão ainda em linha de conta quando Lisboa tenta definir uma doutrina oficial sobre a emigração de seus cidadãos.

(88) A Associação será objeto de vivas críticas por causa da exploração de que foram vítimas colonos que tinham assinado contrato com ela. Entre novembro de 1858 e março de 1863, ela introduziu 5.908 imigrantes portugueses. J.C. de 28.3.1863.

(89) J. C. de 4.1.1856.

(90) Circular de 7.8.1849, A.N.T.T., Bahia, caixa 2, em 26.2.1850.

(91) A.N.T.T., Consulados Estrangeiros, caixa 1.

(92) A.M.N.E., Rio de Janeiro, caixa 5, ofício nº 5, de 30.4.1853.

(93) S. Ferreira Soares, *op. cit.*, p. 349.

No quadro da política colonial, a abolição do tráfico negreiro para o Brasil consolida a dominação portuguesa em Angola. Doravante, era possível construir em Angola "um outro Brasil". Após várias tentativas mal sucedidas o Conselho Ultramarino examina uma vez mais a questão, em 1852. O relatório dos conselheiros é bastante claro: "Um dos negócios mais graves que ocupam atualmente a atenção deste Conselho é o estabelecimento... de medidas tendendo a evitar, ou ao menos diminuir, a emigração dos habitantes da Madeira e dos Açores para a Guiana Inglesa e o Brasil... (emigração) que aumenta progressivamente, suscitando grandes preocupações, em razão da diminuição da população do reino e do fim infeliz de uma grande parte (daqueles) que encontraram um novo tipo de escravidão nos contratos que são obrigados a subscrever... Entre essas medidas... a única (aconselhada) consiste em dirigir a emigração destas populações para as colônias portuguesas na África". Segue-se toda uma série de decisões comunicadas ao governador-geral de Angola a fim de que sejam preparadas as condições adequadas para a chegada de colonos<sup>94</sup>. Como se sabe, a emigração regular para Angola começará bem mais tarde. No entanto vale notar que certas personalidades, dentro do governo português, começam a considerar a emigração para o Brasil como uma aberração. O debate sobre a questão evolui nos anos seguintes. Alexandre Herculano faz, em 1873, novamente uma análise sobre a política de emigração. Embora estando de acordo com os projetos "razoáveis e liberais" que buscam transferir a população das províncias do Norte para as províncias do Sul de Portugal, ele se recusa a aceitar que se entrave a emigração "unicamente para obter baixos salários para a agricultura". À semelhança das autoridades brasileiras, ele estabelece uma distinção entre a emigração "espontânea" (a dos colonos que possuem um pecúlio ou a dos artesãos e dos comerciantes) e a emigração "forçada" ou "dirigida" (a dos engajados e proletários em geral). Dessa maneira, julga que a emigração "espontânea" para o Brasil é mais proveitosa a Portugal do que a transferência de portugueses para a África, em razão sobretudo da contribuição da poupança dos emigrantes ao desenvolvimento econômico de Portugal. Com uma frase que fará sucesso, ele conclui: "Depois que o Brasil deixou de ser nossa colônia, ele se tornou nossa melhor colônia"<sup>95</sup>. Alguns anos mais tarde, Oliveira Martins levará mais adiante a análise do fenômeno emigratório e da colonização. Segundo ele, para as colônias africanas — onde a mão-de-obra indígena era abundante — deviam ser enviados somente empresários, técnicos e administradores portugueses para "explorar" essas regiões. "Colonizá-las" com emigrantes analfabetos, não qualificados, colocados em concorrência direta com os africanos no mercado de trabalho, constituiria um grave erro. Como Alexandre Herculano, ele salienta os benefícios financeiros que resultam das remessas dos emigrantes estabelecidos na América. Lamentando que Portugal tenha se tornado "um criador de gado humano para a exportação", Oliveira Martins considera contudo que a emigração para o Brasil não é comparável àquela que conduz os portugueses para outros países,

(94) *Annaes do Conselho Ultramarino*, Parte Oficial, 1854-1867. Lisboa, 1867. Livro 1, nº 32, pp. 7-8.

(95) A. Herculano, "A Emigração 1873-1875", in Joel Serrão *et alii*, *op. cit.*, pp. 102-109, p. 105.

"porque", diz ele, "nós constituímos um único povo", a despeito da ruptura política de 1822<sup>96</sup>.

Que destino dar à emigração das Ilhas e do Norte de Portugal? Canalizá-la para as terras mal utilizadas do Alentejo? Para Angola e Moçambique? Ou, finalmente, deixá-la encaminhar-se para o Brasil?

Essas opções divergentes, e especialmente as duas últimas — mais realistas, já que não alteram o equilíbrio político e econômico de Portugal — explicam as hesitações das autoridades. Enquanto a Suíça e os governos alemães proíbem a emigração para o Brasil desde o fim da década de 1850<sup>97</sup>, a reação de Lisboa será muito menos incisiva. É verdade que Portugal lutava contra as redes de traficantes que tinham conseguido consolidar suas artimanhas e seus interesses durante os decênios de pirataria negra clandestina. Isto posto, uma circular portuguesa datada de 1853 começa por prescrever um controle estrito de todos os navios que deixam os Açores<sup>98</sup>. Dois anos mais tarde, uma lei submete aos cônsules portugueses o controle dos contratos de engajamento assinados no Brasil, com trabalhadores originários de Portugal". Em 1859, medidas pontuais de proibição visam a Associação Central de Colonização<sup>100</sup>. No ano seguinte, o ministro do Interior português envia uma circular aos governos civis de todos os distritos do país "a fim de que os vigários sejam informados que devem ler a lista dos emigrados falecidos no Brasil", para "que dissuadam as populações de um projeto... fatal a um número elevado de indivíduos"<sup>101</sup>.

Essas medidas indiretas, mais ou menos seguidas de efeito, terão originado o recuo da emigração para o Rio de Janeiro, constatado a partir de 1860? Não é certo. Como o *gráfico IV* atesta, a entrada de escravos provenientes de outras regiões brasileiras também decai nessa época. Da mesma maneira, o *gráfico V* mostra que o refluxo da imigração (1860-1868) coincide com a estagnação das exportações. Assim, são fatores propriamente brasileiros — como as epidemias e as crises econômicas de 1857 e de 1864 — que provocam a redução dos desembarques na capital do Império, bem como o aumento dos regressos após 1860 (ver *tabela I*).

Tomando proporções inéditas nos anos 50, a emigração para o Brasil revela a extensão dos problemas que permearão a política portuguesa. Potência colonial mas também "criador de gado humano para a exportação", Portugal é confrontado com seu destino. Hoje, o equívoco colonial foi desfeito. Permanece ainda o drama dos emigrantes que são, segundo certos analistas, a última colônia que Portugal explora.

(96) Oliveira Martins, "A Emigração Portuguesa", in Joel Serrão, *op. cit.*, pp. 108-146, p. 146.

(97) S. Buarque de Holanda, *op. cit.*, pp. 43-44.

(98) A.M.N.E., Rio de Janeiro, caixa 5, ofício nº 55 de 9.9.1853.

(99) Lei de 20.7.1855. D.A. Gomes Percheiro, *op. cit.*, p.171.

(100) Circulares de 2.7.1859 e de 14.2.1864, J.C. de 5.3.1864.

(101) Circular de 29.8.1860, J.C. de 8.10.1860.

## VIII. As reações brasileiras

### 1. O trabalhador e o bárbaro

A exemplo dos debates que a emigração suscita no seio da opinião portuguesa, no Brasil a discussão sobre a imigração permanece estreitamente imbricada com a questão nacional.

Na verdade, quando os liberais latino-americanos do século XIX refletem sobre a escravidão e a imigração, eles são levados a elaborar uma análise global da sociedade, a repensar a evolução das nações contemporâneas, a prever o futuro de seus países. Isso vale, sobretudo, para Cuba e o Brasil, onde a escravidão penetra em todos os poros do corpo social. Nesse contexto, os liberais podem captar no cotidiano a demonstração política global da especulação filosófica de Hegel sobre a dialética do senhor e do escravo: o senhor é escravo de seu escravo, o escravo senhor de seu senhor. Transposta a nível nacional, essa relação assimétrica adquire toda sua dimensão maléfica: o país inteiro possui escravos, a escravidão domina o país todo. Na mesma ordem de idéias, em 1831, quando ataca os que querem "africanizar o Brasil", nele introduzindo mais escravos, Evaristo da Veiga lança um alerta sobre as consequências políticas profundas do problema: "Nossa civilização e nosso aperfeiçoamento moral estão freados pela introdução contínua desses bárbaros (africanos — L.F.A.) que vêm alimentar a inércia e estimular o despotismo e a depravação dos senhores injustos"<sup>102</sup>. Salta aos olhos que o "despotismo" e a "depravação" dos senhores — estimulados pelos "bárbaros" — não ameaçavam somente os escravos. Irradiados pelas fazendas, os efeitos perversos da organização agrária escravista atingiriam infalivelmente as populações livres dos campos e das cidades. Meio século mais tarde, um dos líderes da campanha antiescravista, Joaquim Nabuco, definirá assim a escravatura brasileira: "A palavra escravidão não significa somente a relação do escravo para com o senhor. Significa muito mais: a soma do poderio, a influência, o capital e a clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado, enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão sujeitos. E por último o espírito, o princípio vital que anima a instituição toda (...) espírito que há sido em toda a história dos países escravistas a causa do seu atraso e da sua ruína"<sup>103</sup>. O estágio supremo da economia de *plantations* seria uma sociedade aviltada, polarizada em torno do conflito entre duas classes majoritárias e antagônicas: os senhores e os escravos. Eis por que Joaquim Nabuco salienta a necessidade política da emancipação dos escravos: "A emancipação não porá fim unicamente à injustiça da qual o

(102) *Aurora Fluminense* de 27.5.1831.

(103) Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo* (1833), Rio de Janeiro, 1977, p. 60.

escravo é vítima, ela provocara também a eliminação simultânea de dois tipos contrários e, no fundo, similares: o escravo e o senhor"<sup>104</sup>. Ora, o que alguns constatarem — precisamente no momento em que chegam os proletários portugueses — é que a substituição dos escravos por imigrantes em situação de infracadania prolongaria o "despotismo" dos senhores bem além da abolição da escravatura. Nesse sentido, a verdadeira alternativa colocada às sociedades escravistas era a que tinha sido formulada por José Antônio Saco: ou a nação ou as *plantations*. Sob a influência de André Rebouças, Nabuco também adere a essa análise em 1884, quando insiste sobre a necessidade de uma reforma agrária para acabar com os "males que a escravidão criou".

## 2. A descoberta do proletário

Penetrando nas veias do corpo social, os trabalhadores portugueses permitem a realização de uma espectrografia da sociedade brasileira: sujeitando os proletários europeus, o trabalho compulsório dá relevo às trombozes que a escravidão dos africanos engendrara no organismo nacional.

De resto, a aglutinação de proletários na capital confunde aqueles que contavam utilizar a imigração branca para "civilizar" o país. A opinião brasileira começa a captar uma realidade social cujos termos eram até então antinômicos: a existência de europeus *pobres*, rebaixados ao nível dos escravos, exercendo atividades e personificando formas de decadência social que pareciam ser o apanágio de negros e de mestiços. Decerto existiam, na cidade como no campo, brasileiros brancos, livres e pobres. Mas a sua maior parte se constituía de "agregados", "moradores", "afilhados" — "clientes" no sentido romano do termo — incorporados a cada uma das famílias de proprietários por laços parafamiliares, pela ideologia do favor<sup>105</sup> e, frequentemente, pelo seu estatuto de "votantes" nas eleições<sup>106</sup>. Com a chegada dos imigrantes portugueses e o refluxo do cativo urbano, emerge uma camada social cuja estratificação tinha sido retardada pela escravidão urbana: os proletários. A descoberta dessa realidade provocará surpresa na capital, tanto entre os brasileiros quanto entre os portugueses já estabelecidos<sup>107</sup>.

A coabitação com proletários europeus conduz a classe dirigente brasileira a reelaborar sua própria visão da nação. "A existência infortunada do... escravo... conduziu o proprietário brasileiro a ignorar o valor das massas proletárias existentes no país... mas o brasileiro é calmo, sóbrio, inteligente, apto a tudo e desinteressado...", escreve um autor brasileiro em 1861. A propósito dos comentários de um viajante inglês sobre a pobreza do povo brasileiro, esse autor considera ainda que os brasileiros pobres vivem melhor do que os ingleses que moram "nos bairros imundos de Londres"<sup>108</sup>. Algumas personalidades retomam o projeto de José Bonifá-

(104) *Ibid.*, p. 68.

(105) Ver Roberto Schwarz, *Ao Vencedor as Batatas*, São Paulo, 1977, pp. 13-28.

(106) Os brasileiros maiores, mesmo analfabetos ou alfabetados, que dispunham de um certo rendimento anual podiam ser "votantes" ou "eleitores de 2º grau". Trinta votantes elegiam um "eleitor". Frequentemente fraudes permitiam que indivíduos modestos fossem reconhecidos como "votantes" a fim de facilitar a eleição de um "eleitor" influente. Em geral, os sociólogos brasileiros desprezam este importante fator de estruturação das relações entre proprietários e seus dependentes no século XIX.

(107) Às vezes, conflitos opunham os comerciantes portugueses a seus compatriotas. No início, é bem provável que o epíteto "galego" tenha sido utilizado pejorativamente pelos comerciantes portugueses para designar os subproletários portugueses que aceitavam tarefas similares às que os verdadeiros galegos emigrados da província espanhola da Galícia executavam em Lisboa. Em seguida, os brasileiros denominaram "galegos" a totalidade dos portugueses estabelecidos no Brasil.

(108) A.D. de Pascual, *Ensaio Crítico sobre a Viagem ao Brasil em 1852 de Carlos B. Mansfield*, Rio de Janeiro, 1861, p. 34 e 193.

(109) Mello Moraes, *Corografia...*, vol. 2, 1859, p. 447 ss.

(110) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 3, 1841, p. 141.

(111) M. Halpern Pereira, *op. cit.*, p. 8.

(112) Ver H. Saito e T. Maeyama, *Assimilação dos Japoneses no Brasil*, São Paulo, 1973.

cio de Andrada, e pensam que a "civilização" dos índios constitui uma tarefa edificante e mais útil ao país do que a colonização estrangeira. Mello Moraes redigirá em 1859 um ensaio com um título evocador: "Utilidade dos índios em relação à colonização européia vinda ao Brasil"<sup>109</sup>.

Suscitando discussões sobre o futuro da nacionalidade, a imigração de proletários portugueses alimentava também os debates sobre o passado, o que constitui uma outra maneira de questionar o presente. Em 1841, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro proporá um tema de pesquisas que ainda hoje chateia uma parte da velha oligarquia brasileira: "A que classes da sociedade pertenciam os primeiros colonizadores portugueses no Brasil? De que categoria de indivíduos descendemos?"<sup>110</sup>.

Num estudo sobre o tema que nos interessa, um autor contemporâneo português observa que "a política de emigração portuguesa foi quase sempre ambígua"<sup>111</sup>. A mesma observação poderia aplicar-se à política de imigração brasileira, frequentemente comprometida com preocupações raciais. Após ter conseguido fechar os portos do país à emigração chinesa, a corrente "civilizadora" quis também barrar a via aos japoneses. Em vão: a pressão dos fazendeiros — solicitadores de mão-de-obra estrangeira — foi mais forte e, desde 1908, os japoneses começam a chegar<sup>112</sup>. Contudo, logo após o término da II Guerra Mundial, o decreto de 18.9.1945 regulamentava a entrada de emigrantes no Brasil, especificando "a necessidade de preservar e de desenvolver na composição étnica da população as características mais desejáveis de sua ascendência européia". Vê-se que os traumas gerados entre nós pelo tráfico negreiro não foram ainda totalmente dissipados.

Luiz Felipe de Alencastro é historiador, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do CEBRAP. Já publicou nesta revista "O Fardo do Bachareis" (Nº 19).

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
Nº 21, julho de 1988  
pp. 30-56

---

## PROLETÁRIOS E ESCRAVOS

TABELA I

Entradas e saídas de imigrantes portugueses no Rio

Anos	A Entradas B		A Saídas B	
1838	2421 <sup>a</sup>			
-	-			
1844	3197 <sup>b</sup>			
1845	3355 <sup>b</sup>			
1846	3070 <sup>c</sup>			
1847	4605 <sup>c</sup>			
1848	3189 <sup>c</sup>			
1849	4499 <sup>c</sup>			
1850	4296 <sup>c</sup>	5182 <sup>d</sup>	683 <sup>n</sup>	4060 <sup>h</sup>
1851	6543 <sup>d</sup>		897 <sup>n</sup>	
1852	4707 <sup>e</sup>		1223 <sup>o</sup>	
1853	8329 <sup>f</sup>		1250 <sup>p</sup>	
1854	7215 <sup>g</sup>		1965 <sup>q</sup>	
1855	9844 <sup>n</sup>	9839 <sup>m</sup>	2043 <sup>r</sup>	
1856	10397 <sup>i</sup>	9159 <sup>m</sup>	2211 <sup>j</sup>	
1857	8460 <sup>i</sup>	9340 <sup>m</sup>	2172 <sup>k</sup>	
1858	7124 <sup>k</sup>	9327 <sup>m</sup>	2469 <sup>k</sup>	
1859	7503 <sup>k</sup>	9342 <sup>m</sup>	3001 <sup>k</sup>	
1860	5716 <sup>k</sup>	5914 <sup>m</sup>		
1861		6460 <sup>m</sup>		
1862		5625 <sup>m</sup>		
1863		3365 <sup>m</sup>		
1864		5097 <sup>m</sup>		
1865		3784 <sup>m</sup>		
1866		4724 <sup>m</sup>		
1867		4822 <sup>m</sup>		
1868		4425 <sup>m</sup>		
1869		6347 <sup>m</sup>		
1870	5969 <sup>l</sup>	6110 <sup>m</sup>	1728 <sup>l</sup>	
1871	8887 <sup>l</sup>	8124 <sup>m</sup>	2375 <sup>l</sup>	
1872	12311 <sup>l</sup>	12918 <sup>m</sup>	2711 <sup>l</sup>	
1873	9293 <sup>l</sup>	9907 <sup>m</sup>	3346 <sup>l</sup>	
1874	10368 <sup>l</sup>	10200 <sup>m</sup>	3050 <sup>l</sup>	
1875		11914 <sup>m</sup>		
1876		8210 <sup>m</sup>		
1877		7775 <sup>m</sup>		
1878		5299 <sup>m</sup>		

Fontes:

a A.N.T.T., Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, caixa I.

b *ibid.*, *ibid.*, caixa 3, ofício de 4.1.1845.

c *ibid.*, *ibid.*, caixa 4.

d A.M.N.E., Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, caixa 5, ofício nº 6 (1852).

e *ibid.*, ofício nº 39 (1852) e ofício nº 1 (1853).

f *ibid.*, *ibid.*, ofício nº 39 (1853) e ofício nº 6 (1854).

g *ibid.*, *ibid.*, ofício nº 1 (1855).

h J.C., "Algumas Verdades sobre a Emigração Portuguesa e a Salubridade do Rio de Janeiro", 3.12.1860.

i A.M.N.E., Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, caixa 6, ofício nº 13 (1857).

j *ibid.*, *ibid.*, ofício nº 40 (1857) e ofício nº 13 (1858).

k *ibid.*, *ibid.*, caixa 8, ofício nº 39 (1861).

l M. Halpern Pereira, *op. cit.*, p. 217.

m J. Serrão, *Demografia Portuguesa*, Lisboa, 1973, p. 200.

n A.N.F., F12 2700 (1855).

o A.M.N.E., caixa 5, ofício nº 8 (1854).

p *ibid.*, *ibid.*, ofício nº 8 (1855).

q *ibid.*, *ibid.*, caixa 6, ofício nº 8 (1856).

r *ibid.*, *ibid.*, ofício nº 14 (1857).

TABELA II

Origem dos imigrantes entrados no Rio de Janeiro

Anos	1838	1844	1846-53	1856	1860	1861-72
Portos de partida	%	%	%	%	%	%
1. Porto e Viana	46,2	48,6	57,5	61,4	68,5	79,0
2. Lisboa	26,0	4,2	6,5	19,1	11,7	2,0
3. Açores	25,4	29,2	25,9	17,9	19,2	18,9
4. Madeira	( - )	16,3	2,7	1,0	( - )	
5. Colônias						
portuguesas	( - )	( - )	7,2	( - )	( - )	( - )
Número Total	2.421	3.197	36.074	10.397	5.716	49.300

Fontes:

cf. Tabela I a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k; 1861-1872, in M. Halpern Pereira, *op.cit.*, p. 170.

TABELA III

População livre e escrava no município do Rio de Janeiro

Ano	1821	%	1838	%	1849	%	1856	%	1870	%	1872	%
livres	57.605	51,2	78.525	57,3	155.868	58,5	103.494	68,2	185.289	78,8	220.088	81,8
escravos	55.090	48,8	58.553	42,7	110.599	41,5	48.282	31,8	50.092	21,2	48.939	18,2
total	112.695		137.078		266.467		151.776		253.381		269.027	

Taxas médias de crescimento demográfico anual

Ano	1821 a 1849	1849 a 1872	1821 a 1872
livres	3,61%	1,62%	2,66%
escravos	2,52%	3,48%	0,23%
Total	3,12%	0,13%	1,72%

Censos incompletos; apenas as percentagens devem ser consideradas

Fontes:

1821, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, t. XXXIII, pp. 135-142.

1838, in E.M. Lahmeyer Lôbo, *História...*, vol. 1, p. 136.

1819, *Almanak Laemmert 1851*, Suplemento, Rio de Janeiro 1851, pp. 231-240.

1856, in E.M. Lahmeyer Lôbo, *op. cit.*, pp. 226-228.

1870, *Recenseamento de 1920, Introdução, Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil*, Rio de Janeiro, 1922, vol. 1.

1872, *ibid.*

## PROLETÁRIOS E ESCRAVOS

TABELA IV

Entradas de escravos originários de outras províncias brasileiras no Rio de Janeiro

Anos	A		B	
	do Norte do Rio	do Sul do Rio	Total	Total
1850	—	—	—	609
1851	—	—	—	2.134
1852	3.461	340	3.801	4.207
1853	2.743	658	3.401	2.915
1854	4.201	198	4.399	4.564
1855	3.156	215	3.371	3.648
1856	3.495	496	3.991	4.625
1857	3.480	619	4.099	3.672
1858	1.304	276	1.580	1.420
1859	933	183	1.116	977
1860	3.132	156	3.288	3.881
1861	4.502	162	4.664	4.785
1862	—	—	—	1.665
1863	—	—	—	1.809
1864	—	—	—	2.095

Fontes:

A: "Slave Trade", *British Parliamentary Papers*, I.U.P., vol. 48, p. 112;

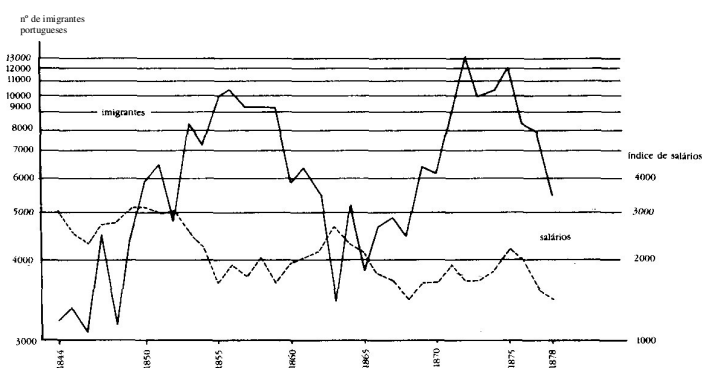
B: Tavares Bastos, J.C. de 16.8.1865.

TABELA V

Movimento da população do mun. do Rio de Janeiro entre 1849 e 1872				
	1849		1872	
	Número	%	Número	%
Livres	155.864	58,5	226.033	82,2
Escravos	110.602	41,5	48.939	17,7
População Total	266.466		274.972	
População Brasileira Livre	109.491	41,0	152.727	55,5
População Portuguesa	26.749	10,0	55.933	20,3
População Estrangeira Livre (menos portugueses e afric.)	11.175	4,1	10.281	3,7
População Africana Livre	8.449	3,1	7.092	2,5

Fonte: ver Tabela III.

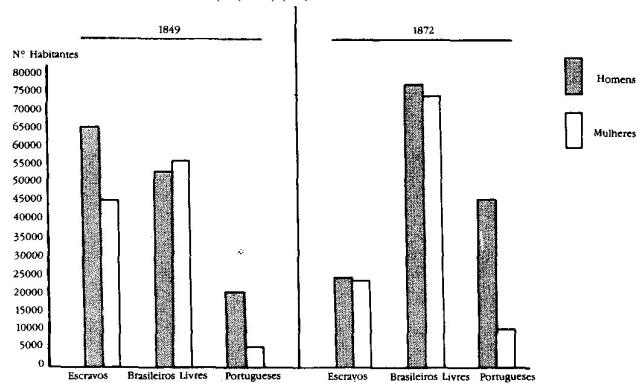
GRÁFICO I  
Chegadas de imigrantes portugueses e evolução do salário de servente de pedreiro no Rio de Janeiro



Salários reais de serventes de pedreiro calculados a partir de dados formulados por E.M. Lahmeyer Lobo, op. cit., vol. 2, pp. 752-753. Para número de imigrantes, ver Tabela I.

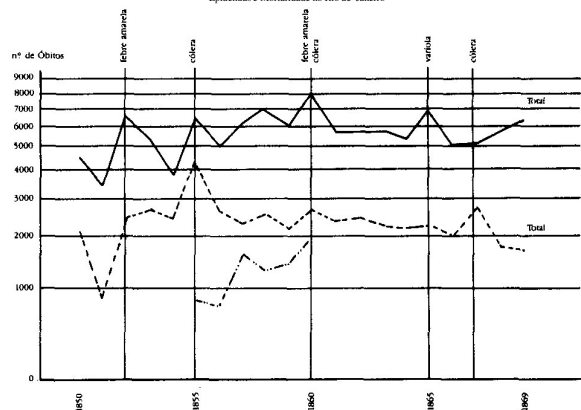
GRÁFICO II

Composição da população do Rio de Janeiro



Fonte: ver Tabela III

GRÁFICO III  
Epidemias e Mortalidade no Rio de Janeiro



Fonte: Óbitos de habitantes livres e escravos, v. E.M. Lahmeyer Lobo, op. cit., vol. 1, p.363; óbitos de portugueses, v. Tabela I

## PROLETÁRIOS E ESCRAVOS

